

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.369 - CE (2018/0314266-9)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : AUTO VIACAO DRAGAO DO MAR LTDA**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO CLETO GOMES E OUTRO(S) - CE005864**  
**AGRAVADO : J T L DA S (MENOR)**  
**AGRAVADO : S O L - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADOS : JOSEMAR VIANA AGUIAR E OUTRO(S) - CE005796**  
**DENIVAL ALVES CORREA FILHO - CE022396**

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE POR ATROPELAMENTO. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. PENSÃO. DEPENDÊNCIA PRESUMIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE NA HIPÓTESE. ÓBICE DA SÚMULA 07/STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE O RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por AUTO VIAÇÃO DRAGÃO DO MAR LTDA em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. REPARAÇÃO DE DANO MATERIAL E MORAL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. MORTE. CULPA COMPROVADA. DANO MORAL ARBITRADO EM MONTANTE RAZOÁVEL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA. PENSIONAMENTO. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO EM PARÂMETRO COMPATÍVEL. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO.*

*1. Ao se efetuar o cotejo entre as alegações da recorrente e as provas colacionadas aos fólios, verifica-se outra*

*incongruência da sua tese, qual seja, o fato de seu preposto sofrer uma condenação criminal devido ao acidente em questão, na qual se atestou a sua culpa, como se verifica na sentença constante às fls. 427/433.*

*2. Assim, não há como acolher a tese recursal de culpa exclusiva da vítima, na medida em que o laudo pericial foi claro ao atestar a culpa do condutor do coletivo, senão, veja-se: Pela análise e interpretação dos elementos materiais coletados no local, e no veículo sinistrado, o perito informa que o acidente em questão deveu-se ao guiador do Coletivo, em trafegar pela contramão fora do (contra-fluxo), não atentando para a segurança de tráfego no local. Nada mais havendo a lavrar, foi encerrado o presente laudo pericial, que segue devidamente assinado e rubricado, em virtude de ordem técnica referido laudo deixa de acompanhar as fotografias.(fl. 91).*

*3. Cabe ao postulante o ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito, com elementos suficientes para apontar indícios do ato ilícito, do dano praticado pela parte adversa e o nexo de causalidade subsistente, conforme previsão do art. 333, inciso I, do CPC. No presente caso, restou devidamente demonstrado o nexo de causalidade entre o acidente e a morte do Sr. Francisco Reginaldo Ferreira da Silveira, sobretudo quando analisado de forma acurada o laudo pericial e os documentos acostados aos autos.*

*4. Dessa maneira, havendo prova do dano e do sofrimento, necessário se faz o seu ressarcimento.*

*5. Cabe a esta relatoria, ainda, avaliar, com sopesamento e acuidade, o valor condenatório a ser deferido. A dificuldade em determinar o quantum a ser estipulado, em face do dano moral, já foi, inclusive, discutido anteriormente pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, considerando-se árduo mister do julgador fixar valor em pecúnia para sanar, ou pelo menos tentar minorar, o malefício causado pelo vetor do dano.*

*6. Devem ser consideradas as circunstâncias do fato, as condições do ofensor e do ofendido, a forma e o tipo de ofensa, bem como os reflexos no mundo interior e exterior da vítima.*

*7. O montante indenizatório arbitrado pelo Magistrado a quo foi no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de dano moral aos autores da demanda, ora apelados. A fixação do arbitramento do dano sofrido deve estar regrado dentro de parâmetros de moderação e comedimento, sob pena de deferir enriquecimento indevido a uma das partes. O regramento em questão se coadunou perfeitamente com as regras da proporcionalidade e da razoabilidade, porquanto restou*

*adequado em face do gravame sofrido. Sendo assim, não se entende como exorbitante o montante do dano moral arbitrado pelo juiz de primeiro grau, já que este valor, ao ser dividido entre os autores, ficará no patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos recorridos.*

*8. Quanto a dependência econômica, esta deve ser presumida em relação a mulher do de cujus, por ser do lar, bem como em relação ao seu filho, eis que se trata de menor impúbere que atualmente está com 10 (dez) anos.*

*9. No tocante ao dano material, o Código Civil preceitua no inciso II do art. 948 que a indenização deve consistir em uma prestação de alimentos às pessoas a quem o morto devia, levando-se em conta a duração da vida provável da vítima. Ademais, cumpre ressaltar que a mencionada pensão deverá obedecer aos parâmetros constantes no art. 1.694 do Código Civil, o qual afirma que o alimentante, no caso o falecido, acaso vivo fosse, deveria prestar alimentos aos recorridos em montante compatível com a sua vida social, sendo que, no caso ora em comento, os documentos de fls. 91/128 e os depoimentos, comprovaram que a renda familiar gira em torno de R\$ 3.000,0 (três mil reais).*

*10. Destarte, resta inconteste que o referido montante destinava-se ao sustendo de 3 (três) pessoas (do falecido, mulher e filho), sendo que um terço deste valor destina-se aos gastos pessoais do de cujus e os outros 2/3 corresponderiam a pensão; assim, com o devido acerto, o Magistrado de primeiro grau determinou o pagamento a título de pensão no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada um dos recorridos.*

*11. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, em casos semelhantes ao ora em debate, que o termo final da pensão ao filho da vítima ocorrerá quando este completar 25 (vinte e cinco) anos de idade.*

*12. Já quanto a companheira da vítima, o pensionamento deverá ser adimplido até a data em que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos, posto que há uma clara dependência econômica desta, por ser do lar.*

*13. Apelação conhecida e improvida. (e-STJ, fls. 578-590)*

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 661-668), os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 679-687).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 600-617), a recorrente aponta violação aos artigos 186 e 927, 944 e 948, inciso II, do Código Civil de 2002, e

aos artigos 86, parágrafo único, 320, 434 e 1022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, essencialmente, que:

1. As "*circunstâncias não deixam dúvida de que o acidente decorreu da imprudência e negligência da vítima na pista, inexistindo qualquer responsabilidade a ser imputada à suplicada, sendo, pois um típico caso de culpa exclusiva da vítima*" (e-STJ, fl. 604);

2. "*não há nos autos qualquer comprovação de que os autores dependiam economicamente da vítima*" (e-STJ, fl. 609);

3. Inexiste comprovação cabal da remuneração da vítima (e-STJ, fl. 612) e ainda que há contradição entre o valor referente à remuneração da vítima e valor determinado para indenização de danos materiais (e-STJ, fl. 611), e por isso, o montante referente aos danos materiais "*deve ficar limitada a uma pensão mensal em valor correspondente a 2/3 (dois terços) do salário mínimo*" (e-STJ, fl. 610);

4. Há total ausência de responsabilidade na ocorrência dos danos e, alternativamente, pugna pela minoração do *quantum* indenizatório, sob pena de enriquecimento sem causa da parte *ex adversa* (e-STJ, fl. 613);

5. "*a autora deveria ser condenada ao pagamento de custas e honorários, uma vez que a suplicada sucumbiu apenas de parcela mínima do pedido autoral*" (e-STJ, fl. 615).

Contrarrazões apresentadas, às fls. 626-630 e-STJ.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 632-635), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece prosperar.

Com efeito, em relação às alegações de contradição e obscuridade na

conclusão do Tribunal de origem no tocante ao valor de remuneração da vítima, a recorrente alega que *"não merece prosperar o pedido de pensão mensal a título de danos materiais em virtude dos suplicantes não terem comprovado nos autos a realização de qualquer atividade laboral por parte da vítima"* (e-STJ, fl. 608). No entanto, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir obscuridade ou contradição no acórdão embargado.

Constata-se da leitura do acórdão que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto pelo apelante, manifesta-se de forma clara, concordando com o Juiz de primeiro grau quanto ao fundamento de que restou comprovado o valor referente à renda familiar.

A controvérsia restou decidida nos seguintes termos, *in verbis*:

*19. No tocante ao dano material, o Código Civil preceitua no inciso II do art. 948 que a indenização deve consistir em uma prestação de alimentos às pessoas a quem o morto devia, levando-se em conta a duração da vida provável da vítima. Ademais, cumpre ressaltar que a mencionada pensão deverá obedecer aos parâmetros constantes no art. 1.694 do Código Civil, o qual afirma que o alimentante, no caso o falecido, acaso vivo fosse, deveria prestar alimentos aos recorridos em montante compatível com a sua vida social, sendo que, **no caso ora em comento, os documentos de fls. 91/128 e os depoimentos, comprovaram que a renda familiar gira em torno de R\$ 3.000,0 (três mil reais).***

*20. Destarte, resta incontestado que o referido montante destinava-se ao sustento de 3 (três) pessoas (do falecido, mulher e filho), sendo que um terço deste valor destina-se aos gastos pessoais do de cujus e os outros 2/3 corresponderiam a pensão; assim, com o devido acerto, o Magistrado de primeiro grau determinou o pagamento a título de pensão no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada um dos recorridos. (e-STJ, fl. 587)*

No acórdão dos aclaratórios observa-se que o Tribunal de origem fundamentou sua decisão na premissa de que os embargos apresentados não demonstram a obscuridade e a contradição do acórdão embargado, uma vez que a decisão recorrida apreciou todas as questões relevantes ao esclarecimento do

caso.

Verifica-se que o Tribunal se posicionou da seguinte forma:

*6. Não se observa no acórdão embargado omissão, contradição ou obscuridade a justificar a modificação do julgado quanto a suposta omissão, no que concerne a remuneração da vítima e em relação a sucumbência mínima. Pelo contrário, verifica-se na decisão apreciada, que foram bastante analisados os aspectos fáticos e jurídicos extraídos dos autos.*

[...]

*10. Constata-se que o acórdão embargado analisa de forma detida a matéria concernente a remuneração da vítima, razão pela qual não merece acolhida o pleito do embargante. (e-STJ, fl. 681/684)*

Destarte, constata-se da leitura do acórdão, que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto, dirimiu de forma clara a controvérsia, ainda que em sentido contrário ao pretendido pela recorrente, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional.

No tocante às alegações de culpa exclusiva da vítima e ausência de responsabilidade por parte da recorrente, argumenta-se que o acidente decorreu tão somente pela imprudência e negligência da vítima. Conquanto, o Tribunal de origem, ao julgar a apelação, não afastou a responsabilidade da recorrente pela ocorrência do dano, *in verbis*:

*8. Verifica-se, em suma, que o acidente foi ocasionado pela imprudência do preposto da apelante, que culminou no sinistro e na morte do pedestre.*

*9. O dano, a morte do transeunte, o nexo de causalidade, a causa do acidente, e a culpa, assim como o fato do preposto da apelante ter agido com imprudência ao avançar no contrafluxo, restaram comprovados nos autos, não podendo ser acolhidas as argumentações da recorrente. Desta forma, não se pode albergar a afirmação de que não haveria culpa da apelante no ocorrido. (e-STJ, fls. 581-582)*

Em relação às alegações de que não havia dependência econômica entre os recorridos e a vítima e inexistência de comprovação da remuneração da

vítima, depreende-se da análise dos autos que o Tribunal de origem não desconsiderou a dependência destes, nos seguintes termos:

*18. Quanto a dependência econômica, esta deve ser presumida em relação a mulher do de cujus por ser do lar, bem como de seu filho, eis que se trata de menor impúbere que atualmente está com 10 (dez) anos. (e-STJ, 586-587)*

*19. No tocante ao dano material, o Código Civil preceitua no inciso II do art. 948 que a indenização deve consistir em uma prestação de alimentos às pessoas a quem o morto devia, levando-se em conta a duração da vida provável da vítima. Ademais, cumpre ressaltar que a mencionada pensão deverá obedecer aos parâmetros constantes no art. 1.694 do Código Civil, o qual afirma que o alimentante, no caso o falecido, acaso vivo fosse, deveria prestar alimentos aos recorridos em montante compatível com a sua vida social, sendo que, no caso ora em comento, os documentos de fls. 91/128 e os depoimentos, comprovaram que a renda familiar gira em torno de R\$ 3.000,0 (três mil reais).*

*20. Destarte, resta inconteste que o referido montante destinava-se ao sustento de 3 (três) pessoas (do falecido, mulher e filho), sendo que um terço deste valor destina-se aos gastos pessoais do de cujus e os outros 2/3 corresponderiam a pensão; assim, com o devido acerto, o Magistrado de primeiro grau determinou o pagamento a título de pensão no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada um dos recorridos.*

Nesse sentido, extrai-se dos trechos acima transcritos, para acolher as alegações da recorrente e afastar as premissas assentadas pelo Tribunal de origem no que concerne à responsabilidade do dano, à culpa exclusiva da vítima e à dependência econômica dos recorridos, seria necessário revolver o arcabouço fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável na via especial, a teor do preconizado pela Súmula 07/STJ.

Quanto ao pedido de minoração do *quantum* indenizatório, temos que o montante compensatório a título de dano moral deve ser fixado considerando o método bifásico, norteador do arbitramento equitativo exercido pelo juiz, o qual analisa o interesse jurídico lesado e as peculiaridades ocorridas no caso para a definição do valor.

À propósito:

*RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.*

*1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo esposo da vítima falecida em acidente de trânsito, que foi arbitrado pelo tribunal de origem em dez mil reais.*

*2. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ.*

*3. Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.*

*4. Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.*

*5. Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.*

*6. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art.953 do CC/2002.*

*7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.*

*8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 959.780/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 06/05/2011)*

Desse modo, não se justifica, *in casu*, a excepcional intervenção do STJ a fim de revisar o valor da compensação por danos morais. Verifica-se que a quantia de R\$ 100.000,00 para indenização dos recorridos não se mostra exorbitante diante das minúcias do caso em destaque.

Nesse sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. VALOR DA*



INDENIZAÇÃO. OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO CONFIGURADAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. EFEITOS INFRINGENTES.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022).

2. Consoante entendimento desta Corte Superior, somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a índole irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se verifica no caso em debate, em que fixada em 500 salários mínimos à época da prolação da sentença, equivalente a R\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil reais) aos autores, em razão do falecimento do filho adolescente em acidente de veículo automotor, por atropelamento.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para sanar obscuridade e contradição e, com isso, negar provimento ao agravo interno. (EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1196640/BA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 05/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. ATROPELAMENTO POR VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO. MORTE. 1. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA. EVENTO DANOSO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 83 DO STJ. 3. NECESSIDADE DE DEDUÇÃO DO VALOR PAGO PELO SEGURO OBRIGATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211 DO STJ. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO CRITÉRIOS FIXAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Embora esta Corte tenha por vezes afastado a aplicação da Súmula 7 para rever os valores arbitrados por danos extrapatrimoniais, apenas o faz quando tais quantias revistam caráter irrisório ou exorbitante, o que não se observa no caso ora analisado, em que o Tribunal de origem, sopesando os fatos e provas, assim como a sua repercussão na vida das ofendidas, arbitrou em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a indenização a ser paga pela recorrente.

2. Na hipótese de responsabilidade extracontratual, os juros

*de mora são devidos desde a data do evento danoso (óbito), nos termos da Súmula 54 deste Tribunal.*

*3. Inadmissível o recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo (enunciado n. 211 da Súmula do STJ).*

*4. O recurso especial, salvo exorbitância ou irrisão, não se presta ao reexame do valor fixado a título de honorários advocatícios, haja vista a necessidade de investigação dos elementos informativos do processo, o que encontra o óbice de que trata o enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 795.967/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016)*

Dessa forma, o acolhimento da pretensão recursal para revisão do *quantum* demandaria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via especial, nos termos da Súmula no 7 desta Corte Superior.

Por derradeiro, no que concerne à sucumbência e aos honorários, melhor sorte não socorre a recorrente.

Quanto à distribuição dos ônus da sucumbência, esta Corte tem entendimento assente no sentido de que a verificação da proporção em que cada parte restou vencedora ou vencida são providências que fogem à competência desta Corte por implicarem revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência do óbice contido na Súmula 7/STJ.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários recursais, anteriormente fixados em 10% (e-STJ, fl. 530), para 13% sobre o valor da condenação.

**Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

